

COMPARAÇÃO, HISTÓRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A METODOLOGIA COMPARATIVA PARA A ANÁLISE INTERNACIONAL

COMPARACIÓN, HISTORIA Y RELACIONES INTERNACIONALES: LA METODOLOGÍA COMPARATIVA PARA EL ANÁLISIS INTERNACIONAL

Filipe Philipps de Castilho¹

¹Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: philipps.filipe14@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6266-0934>.

Recebido em: 25/04/2025 | Aceito em: 17/06/2025.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

O objetivo do artigo é o de mostrar que as Relações Internacionais podem se beneficiar sobremaneira de uma gama mais diversificada de metodologias, focando aqui nas que versam sobre análises comparativas. Embora as discussões sobre metodologia em Relações Internacionais tenham se aberto a uma diversidade de abordagens nos últimos anos, os pesquisadores têm sido menos propensos a formular orientações metodológicas explícitas, especialmente na forma de orientação prática para projetos de pesquisa comparativa. O artigo, portanto, tem o objetivo de mostrar possibilidades metodológicas inovadoras para as RI, delineando sua análise em um escopo que enquadra História, comparação e o estudo no campo internacional. O artigo conclui destacando a importância da inovação metodológica em RI, especialmente quando se trata de abordagens inspiradas na reflexividade, na comparação e na História.

Palavras-chave: comparação; história; relações internacionais.

RESUMEN

El objetivo del artículo es mostrar que las Relaciones Internacionales pueden beneficiarse de una gama más diversa de metodologías, centrándose aquí en aquellas que abordan análisis comparativos. Aunque la investigación sobre metodología en relaciones internacionales ha estado abierta a una diversidad de enfoques en los últimos años, los investigadores han sido menos propensos a formular directrices metodológicas explícitas, especialmente en forma de orientación práctica para proyectos de investigación comparativa. El artículo, por tanto, pretende mostrar posibilidades metodológicas innovadoras para las RI, delineando su análisis en un ámbito que enmarca la historia, la comparación y el estudio en el ámbito internacional. El artículo concluye destacando la importancia de la innovación metodológica en las Relaciones Internacionales, especialmente cuando se trata de enfoques inspirados en la reflexividad, la comparación y la historia..

Palabras-clave: comparación; historia; relaciones internacionales.



INTRODUÇÃO

Desde o surgimento das Relações Internacionais (RI) como um campo acadêmico no início do século XX, encontramos em sua gênese de investigação uma inspiração advinda de várias disciplinas. Isso posto, as RI também incorporaram inúmeras tradições metodológicas em seu âmago. Em alguns casos, disciplinas como a Economia deixaram uma marca profunda nos modelos de análise. Esse aspecto interdisciplinar, no entanto, não significa peremptoriamente um aporte fraco no campo metodológico. Os estudos em RI são frequentemente confrontados com a tarefa de reconciliar um campo que acolhe a pluralidade metodológica e, ao mesmo tempo, adere a padrões rigorosos de métodos. Hoje, com a teoria das RI testemunhando um debate descrito como de cunho metateórico, essas preocupações não são inválidas. Há uma consciência crescente de que as discussões sobre metodologia foram marginalizadas em favor de discussões sobre teorias, e que isso precisa ser remediado (Chernoff, 2007; Guzzini, 2013).

As diversas tradições metodológicas dentro das RI fizeram com que os pesquisadores da área passassem a utilizar uma ampla gama de métodos de pesquisa ao longo dos anos. Diferentemente de campos de estudo como a Antropologia, que utilizam métodos básicos construídos em torno da etnografia e da observação de grupos, por exemplo, as RI nunca trouxeram consigo métodos de pesquisa oriundos de seu próprio âmago. Uma boa compreensão metodológica não apenas desbloqueia as ferramentas necessárias para uma boa pesquisa, mas também reforça as habilidades de pensamento crítico que constituem pré-requisitos para uma série de possibilidades analíticas e práticas (Stoler, 2001). A maioria dos ensaios de pesquisa em RI é empiricamente fundamentada em algum evento da política internacional, e os tópicos de pesquisa que muitas vezes são de interesse do pesquisador incluem uma miríade de questões frequentemente retiradas das manchetes do dia a dia: causas de conflitos internacionais, eclosão de revoluções, acordos de paz, violência política ou respostas internacionais às mudanças climáticas, por exemplo. Enquanto isso, embora o foco geral da contestação teórica dentro das RI migre ao longo do tempo, as contestações metodológicas subjacentes perduram, principalmente entre aqueles que incorporam suas pesquisas dentro de uma tradição interpretativa mais reflexiva (Werner, 2006; Guzzini, 2013).

Nos anos pós-Guerra Fria, os conflitos intraestatais expandiram o foco da pesquisa de RI à medida que estudantes e acadêmicos buscavam entender a proliferação de conflitos armados



internos. Além disso, a proliferação do ativismo de direitos humanos e dos compromissos acerca da temática assumidos pelos Estados também levou pesquisadores em RI a tentar entender o que parecia ser uma transformação na política mundial, já que os interesses do Estado, antes argumentados pelos realistas como estritamente definidos em termos de poder, agora pareciam abranger uma gama crescente de valores e normas de comportamento (Lamont, 2022). Nesse ínterim, enquanto o empirismo dominou a disciplina durante a segunda metade do século 20, a virada do século é caracterizada por uma maior pluralidade metodológica, com os principais periódicos da área contemplando uma ampla gama de pesquisas versadas desde métodos estatísticos e modelagem formal até pesquisas interpretativas (Werner, 2006). A pluralidade de metodologias de RI e sua diversidade de métodos muitas vezes geram uma quantidade significativa de confusão, mesmo entre os estudiosos da área. É essencial lembrar que tradições metodológicas distintas não apenas empregam métodos diferentes, mas também emergem de tradições, teorias e princípios de raciocínio distintos que moldaram as técnicas usadas ao longo do tempo (Lamont, 2022).

Por muito tempo, a prática da comparação em RI esteve predominantemente ligada a uma gama limitada de métodos comparativos, principalmente aqueles derivados do trabalho de J.S. Mill. Essa abordagem, contudo, pode ser inadequada para estudiosos de RI cuja perspectiva teórica e metodológica é inspirada pela reflexividade. Alguns pesquisadores responderam a isso evitando métodos comparativos (Boswell, Corbett, Rhodes, 2019), enquanto outros interessados em comparar se viram em um desafio calcado na falta de orientação metodológica alternativa, seguindo assim abordagens convencionais de comparação, correndo o risco de produzir pesquisas internamente incoerentes e aquém de padrões estabelecidos por abordagens comparativas dominantes.

Nas Relações Internacionais, a reflexividade passou a definir uma gama ampla e teoricamente diversificada de estudos, caracterizada por Alejandro (2020) como servindo a um propósito epistemológico de lidar com a avaliação de vieses que limitam a validade das reivindicações de conhecimento. Pesquisadores que trabalham com reflexividade comumente empregam "modos de teorização" (Guzzini, 2013) diferentes daqueles ligados ao modelo hipotético-dedutivo. Em vez de tratar a teoria como externa ao processo de pesquisa, eles a veem como uma condição de



possibilidade do conhecimento (Guzzini, 2013). Metodologicamente, isso implica que os casos são construídos por meio da teorização, em vez de selecionados com base em relações hipotéticas entre variáveis. Além disso, a reflexividade requer uma avaliação crítica do papel do pesquisador no processo de produção do conhecimento e, portanto, um diálogo constante entre a análise do mundo social e as condições que tornam a pesquisa possível. A comparação, se parte do plano de pesquisa de alguém, exigiria, portanto, um repensar fundamental ao longo de diferentes premissas metodológicas (Lai, 2024).

Durante muito tempo a comparação e os estudos de caso foram praticados e ensinados em RI de dentro de um cânone específico – principalmente, como já exposto, derivado do trabalho de Mill, especialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido (Bennet, Elman, 2007; Mahoney, 2007), sintoma da tendência de longa data das Relações Internacionais de se ancorar metodologicamente na Ciência Política, e mais especificamente, neste caso, no campo da "política comparada", que só mais recentemente começou a desafiar o *status quo* metodológico. Entre essas contribuições recentes, além das fronteiras disciplinares e metodológicas entre RI e Ciência Política, Boswell, Corbett e Rhodes (2019) sugerem abordar a prática da comparação interpretativista por meio de dilemas como uma rota analítica para entender o que molda crenças, significados e motivações de atores sociais em determinados contextos (Boswell, Corbett, Rhodes, 2019). Dentro desse escopo, um compromisso com a reflexividade implica tanto uma crítica às abordagens dominantes de comparação, baseadas em fricções metodológicas/epistemológicas, quanto um exame das relações e hierarquias de poder que os métodos comparativos muitas vezes refletiram e sustentaram dentro do campo. As comparações reflexivistas, portanto, exigem consciência das suposições embutidas na construção de estruturas e casos comparativos (Lai, 2024; Guzzini, 2013).

O objetivo deste artigo é enfocar o caráter metodológico que envolve a comparação nos estudos internacionais, especificamente com a utilização do Método Histórico Comparativo e da abordagem reflexivista, buscando abordar os fundamentos desses tipos de análise e o seu papel dentro dos estudos em Relações Internacionais. Primeiramente será realizado um pequeno preâmbulo sobre o que é o conceito de método em si, para então destacar o papel da comparação dentro de um bom estudo metodológico em RI, apresentando alguns exemplos e práticas. Apesar do progresso recente, o artigo procura mostrar que as RI precisam de uma elaboração mais



explícita de metodologias comparativas, reforçando a ideia de que o Método Histórico Comparativo e a abordagem reflexivista podem servir como excelentes sustentáculos de pesquisa. Além disso, mostramos no artigo três estratégias específicas adaptadas às necessidades da reflexividade como abordagem de estudo.

METODOLOGIAS, PESQUISAS E RI

Metodologia é definida por Abraham Kaplan (1964) como uma lógica de pesquisa científica, ou seja, o processo pelo qual a ciência é produzida. A definição de metodologia de Kaplan é mais ampla do que aquelas que, posteriormente, passaram a vinculá-la diretamente ao empirismo, uma metodologia usada para formar afirmações teóricas e testar implicações empíricas. Em uma definição tão restrita de metodologia, apenas o que é empiricamente testável seria considerado ciência. Essa concepção é indissociável de uma definição de teoria que considera a mesma como um conjunto de suposições a serem testadas contra a realidade em relação à precisão, validade e qualidade (Sprinz, Wolinsky-Nahmias, 2004). Em uma definição ampla, no entanto, metodologia refere-se a um processo que produz ciência, mesmo que essa ciência não seja testável contra a realidade. Em última análise, o que se considera como "ciência" e o que se aceita como "teoria" são produtos do que se acredita epistemologicamente, ontologicamente e, por consequência, metodologicamente. A metodologia produz teorias que acabam produzindo ou fazendo uso de abordagens ou métodos de pesquisa que ajudam a responder quais os passos específicos que o pesquisador deve seguir para responder a sua pergunta de pesquisa.

De acordo com algumas perspectivas mais conservadoras, os métodos tradicionais de pesquisa descritiva permanecem inferiores aos métodos de pesquisa quantitativos ou qualitativos, que permitem a produção de estudos baseados na "observação testável". As abordagens tradicionais prestam atenção à filosofia, história, valores e direito de uma forma que nem essas abordagens quantitativas nem qualitativas reconhecem como "científicas". Esse caminho levaria hoje ao chamado renascimento do behaviorismo (Hamati-Ataya, 2012) ou a uma nova revolução comportamental (Hafner Burton *et al.*, 2017), na qual o behaviorismo contemporâneo se torna mais modesto sobre a formulação de teorias gerais, mais consciente das influências psicológicas na racionalização e fornecendo alternativas ou complementando modelos de escolha racional,



mudando seu objetivo para a explicação das causas e consequências da heterogeneidade entre os atores (Hafner Burton *et al.*, 2017; Mintz, 2007). Isso explicaria o interesse dos behavioristas contemporâneos em neurociência e neurobiologia, além do interesse no estudo da política externa e da diplomacia, por exemplo (Hamati-Ataya, 2012).

MÉTODO HISTÓRICO COMPARATIVO

A comparação sempre foi uma parte significativa da investigação social. Portanto, não é surpreendente que uma perspectiva comparativa sempre tenha estado presente na historiografia. A inclinação para a metodologia comparativa foi reforçada com a virada positivista no século XIX, que direcionou os historiadores a buscar uma compreensão mais sistemática da história por meio do emprego da comparação em seus escritos (Lange, 2013). De Hegel a Karl Marx, de Weber a Nikolay Danilevsky, diversos filósofos e historiadores se referiram a analogias comparativas para demonstrar a complexidade dos fenômenos sociais (Mahone, Rueschemeyer, 2003). Nas primeiras décadas do século XX, eminentes historiadores europeus, como Oswald Spengler, Arnold Toynbee e Fernand Braudel, elogiaram as virtudes da comparação, particularmente no enriquecimento da análise histórica (Coulborn, 1989).

Embora os relatos comparativos sempre tenham estado presentes na historiografia, foi com as obras do historiador francês Marc Bloch que o método passou a ser mais claramente bem definido. Seu artigo intitulado *"Pour une histoire comparée des sociétés européennes"* (Rumo a uma história comparada das sociedades europeias) apresentou os princípios básicos da história comparada, sobre os quais os historiadores construíram um kit de ferramentas metodológico eficiente (Bloch, 1928). O autor se inspirou na distinção de John Stuart Mill entre "o método da concordância" e "o método da diferença": o primeiro sublinhando uma causa comum entre os casos que compartilham o mesmo resultado e têm pontuações diferentes para todas as variáveis independentes, exceto uma, enquanto que o último destaca uma causa de resultados divergentes entre casos quando todas as variáveis independentes, exceto uma, são as mesmas (Lange, 2009). Com base nessa distinção, Bloch argumentou que o historiador deve primeiro escolher temas transculturais, padrões recorrentes, processos globais ou proposições teóricas que valham a pena estudar. Em seguida, deve decidir sobre os estudos de caso que melhor refletem a abordagem



comparativa e as hipóteses que se pretende provar. Para Bloch, as sociedades selecionadas devem compartilhar conexões históricas e semelhanças culturais para tornar a comparação possível.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os estudos de Bloch foram seguidos pelos de outros historiadores. Como Steinmetz argumenta, a virada científica do pós-guerra na investigação social instou os historiadores a adotar uma abordagem comparativa padronizada em experimentos de ciências naturais e enraizada em filosofias positivistas (Steinmetz, 2014). Mesmo alguns historiadores, como Rushton Coulborn, perceberam o método comparativo como um dos critérios mais importantes para que um estudo da história seja científico. A partir da década de 1980, iniciou-se um período promissor e desafiador para o método. Por um lado, a história comparada foi popularizada pelos trabalhos de Charles Tilly e Theda Skocpol, que iniciaram uma colaboração muito frutífera entre História e Sociologia (Tilly, 1981; Skocpol, 1979). Por outro lado, o método foi fortemente criticado por dois movimentos intelectuais da década de 1980. Primeiro, a "virada cultural" nas Ciências Sociais criticou a história comparada por negligenciar as peculiaridades culturais dos casos em nome da comparação, enfatizando a especificidade do foco local no funcionamento diferenciado de sociedades e culturas dentro de um cenário relativista (Werner, Zimmermann, 2006). Em segundo lugar, a "virada pós-moderna" baseou sua crítica na ênfase na causalidade e sua adoção de categorias meta-históricas, que já haviam sido rejeitadas pelos historiadores pós-modernistas como "ficções perigosas" (Levine, 2014). Essas críticas forçaram os historiadores comparativos a levar em conta novas tendências da história, deliberando em novas abordagens, que tentaram superar as fraquezas da abordagem comparativa. Hoje, o método ainda é amplamente utilizado, embora as críticas culturalistas e pós-modernistas também continuem a mostrar supostas deficiências em sua abordagem (Boswell *et al*; 2019).

Definido de forma mais simples, o Método Histórico Comparativo é o estudo sistemático de dois ou mais fenômenos históricos para propor semelhanças e diferenças, a fim de contribuir para a descrição, explicação e interpretação desses fenômenos (Kocka, Haupt, 2003). Não é um método único, mas sim um nome genérico para algumas abordagens metodológicas das Ciências Sociais e da História. De acordo com Carl Degler, é somente quando o trabalho de explicar as diferenças é realizado que a história comparada começa, o que significa que o estudo dos fenômenos deve ser comparativo e não simplesmente usar comparações esporádicas em uma historiografia particular



(Degler, 1968). Essa ênfase no estudo sistemático e científico da história nos leva ao primeiro uso significativo da história comparada, ou seja, teste de hipóteses.

Theda Skocpol e Margaret Somers também argumentam que o método comparativo pode ser usado para se envolver em análises macro causais, que são mais quantitativas do que qualitativas. Para eles, a análise macro causal se assemelha à análise estatística, que manipula grupos de casos para controlar fontes de variação, a fim de fazer inferências causais quando dados quantitativos estão disponíveis sobre um grande número de casos. Além disso, a análise macro causal comparativa é um tipo de análise multivariada com a qual os estudiosos podem validar suas afirmações causais sobre macrofenômenos (Siegrist, 2006). A compreensão histórica comparativa do "científico" difere tanto das teorias tradicionais da história quanto da sociologia. Como escreve Hannes Siegrist, a história comparada está localizada em algum lugar entre as tendências generalizantes da Sociologia e as tendências individualizantes da história e dos estudos culturais, sendo uma contribuição importante dentro dessa abordagem.

Além disso, para entendermos o que é peculiar a uma determinada cultura ou sociedade, é necessária a comparação com outras culturas e sociedades, dado que os historiadores comparativos também estão cientes de que é somente por meio da comparação que determinadas peculiaridades podem ser sublinhadas. Como escrevem Skocpol e Somers, os historiadores comparativos fazem uso da história comparada para trazer à tona as características únicas de cada caso particular incluído em suas discussões e para mostrar como essas características únicas afetam a elaboração de processos sociais supostamente gerais (Skocpol, Somers, 1980). Além disso, o uso da história comparada nos ajuda a formular outros problemas para a pesquisa. Ao empregar o método, temas desconhecidos ou pouco pesquisados podem ser descobertos e analisados minuciosamente. Historiadores concordam, por exemplo, que Marc Bloch descobriu o movimento de cercamento no sul da França por meio de sua familiaridade com a pesquisa sobre o sistema de cercamento inglês e por meio de seu método comparativo (Sewell, 1967).

Em suma, a análise histórica comparativa contribui para os diferentes aspectos do trabalho de um pesquisador. Heurísticamente, permite ao pesquisador identificar problemas e questões que, de outra forma, seriam muito difíceis de colocar. Descritivamente, ajuda a aplicar um perfil claro a casos individuais. Analiticamente, serve para criticar explicações fracas e ajudar a testar hipóteses.



Paradigmaticamente, transforma um caso entre muitos casos possíveis e leva à desprovincialização da observação histórica (Kocka, Haupt, 2003). Como Raymond Grew resumiu, deliberadamente usada, a comparação pode ajudar os historiadores em quatro estágios de seu trabalho: fazer as perguntas certas; identificar problemas históricos; projetar a pesquisa de maneira apropriada e alcançar e testar conclusões significativas (Grew, 1980).

O MÉTODO NAS RI

As disciplinas de História e Relações Internacionais estão tão inter-relacionadas que é difícil simplificá-las, dado que uma lida com o passado e outra lida com o presente. Para muitos, essas duas disciplinas devem ser consideradas como campos inter-relacionados que se alimentam mutuamente (Steinmetz, 2014). Como Thomas Smith argumenta, quando a teoria internacional é construída de baixo para cima, a História fornece os blocos de construção, e quando é construída de cima para baixo, a História serve para testar ou falsificar conceitos teóricos (Smith, 1999). A distância entre as disciplinas de História e RI tem sido geralmente representada como se houvesse diferenças dicotômicas entre elas. Colin Elman e Miriam F. Elman resumem essas diferenças dicotômicas de forma a mostrar como os alunos dessas duas disciplinas desenvolvem preconceitos uns contra os outros. Assim, a primeira diferença ilusória entre História e RI reside no fato de que os historiadores lidam com explicações baseadas em narrativas, enquanto os estudiosos de RI lidam com explicações baseadas em teoria. Em segundo lugar, sua teleologia é considerada diferente, pois enquanto os historiadores procuram "entender" o passado, os estudiosos das Relações Internacionais tendem a "comentar" o presente para "prever" o futuro. Em terceiro lugar, os estudiosos de RI criticam os historiadores por explicarem eventos únicos, enquanto seus próprios trabalhos, com foco em classes de eventos e casos múltiplos, são considerados mais explicativos. Finalmente, argumenta-se que os estudiosos de RI tendem a se concentrar na monocausalidade por uma questão de simplicidade, descartando fatores causais mais fracos, enquanto os historiadores aceitam a plausibilidade de explicações multicausais complexas, sublinhando diferentes fatores que levam a um processo ou evento. Como Elman e Elman argumentam, essas distinções, que foram incorporadas nessas duas disciplinas, são falácias estereotipadas que traçam uma fronteira artificial entre elas e que deve ser cruzada por meio de



abordagens interdisciplinares (Elman, Elman, 1997). O paradigma dominante da teoria das Relações Internacionais, ou seja, o Realismo, tem sido geralmente criticado por ser a-histórico, ou seja, conceitos e premissas da teoria realista de RI foram considerados como se sempre tivessem estado presentes da forma que se encontram ao longo da história. Nas Relações Internacionais o problema histórico é muitas vezes encoberto ou ignorado. Smith argumenta que a razão para essa negligência é que as RI evoluíram ao longo de linhas positivistas, o que faz com que os estudantes dessa disciplina questionem a validade do uso da historiografia (Smith, 1999). Apesar disso, algumas teorias de RI criticaram o problema da a-historicidade e argumentam que a história deve ser trazida de volta às Relações Internacionais para uma melhor compreensão dos assuntos internacionais contemporâneos.

Uma das primeiras reações à natureza a-histórica da teoria das RI veio da Escola Inglesa, que criticou a metodologia behaviorista dominante na escola americana de RI e, por extensão, a falta de profundidade histórica na construção da disciplina (Palabiyık, 2014). Dois estudos da Escola Inglesa são de grande importância em termos de emprego do Método Histórico Comparativo. O primeiro é o de Martin Wight, em que o autor apresenta os primórdios teóricos e empíricos de um projeto histórico comparativo. O que Wight faz neste trabalho é a construção de um esquema analítico com uma taxonomia de tipos e, em seguida, busca uma análise comparativa por meio de estudos de caso (Buzan, 2014). O segundo grande trabalho que empregou o Método Histórico Comparativo foi *The Evolution of International Society*, de Adam Watson (Watson, 1992) que esboça sociedades internacionais desde as antigas políticas da Mesopotâmia até as antigas civilizações grega, romana, indiana e chinesa, do Império Bizantino ao sistema islâmico, terminando com o surgimento e evolução da sociedade internacional europeia. O método comparativo, embora muito rebaixado no caminho evolutivo / cronológico do estudo, ainda era visível nas discussões de Watson sobre várias civilizações com base em suas semelhanças e diferenças. A segunda grande abordagem teórica das RI usando a comparação como ferramenta metodológica não é originalmente uma teoria das RI; no entanto, John M. Hobson e Stephen Hobden tentaram definir uma sociologia histórica das RI a fim de adicionar uma dimensão sócio-histórica à teoria das RI ausente na compreensão realista (Hobdenm Hobson, 2002). De acordo com Hobson, o Realismo é abandonado por duas formas de a-historicismo, denominadas



cronofetichismo e tempocentrismo. O cronofetichismo é baseado na suposição de que o presente pode ser adequadamente explicado apenas examinando o presente, e leva a três ilusões definidas como a ilusão de reificação (fazendo o presente aparecer como uma entidade estática, auto-constituente, autônoma e reificada), a ilusão de naturalização (defendendo o surgimento do presente de acordo com os imperativos humanos naturais), e a ilusão de imutabilidade (a eternização do presente de forma a impedir uma compreensão da mudança) (Hobson, 2002). Para superar essas ilusões, Hobson ofereceu o emprego da sociologia histórica na teoria das Relações Internacionais para revelar o presente como uma construção inserida em um contexto histórico e desnaturalizar o presente de forma a mostrar que o presente é emergido por meio de processos de poder, identidade e normas (Hobson, 2002).

A segunda forma de ahistoricismo é o tempocentrismo, descrito como uma metodologia, na qual os teóricos olham para a história através de uma 'lente cronofetichista' (Hobson, 2002). Esse conceito metodológico resultou em uma quarta ilusão adicionada às três ilusões do cronofetichismo, a ilusão isomórfica, na qual o presente naturalizado e reificado é extrapolado para trás no tempo para apresentar todos os sistemas históricos como iguais. Para superar essa ilusão, a sociologia histórica pode oferecer o rastreamento das diferenças entre os sistemas internacionais do passado e do presente, o que também requer uma análise histórica comparativa (Hobson, 2002). Em suma, a História é uma parte indispensável das Relações Internacionais não apenas em termos de fornecer dados para a compreensão dos assuntos mundiais contemporâneos, mas também em termos de enriquecer o kit metodológico para estudos internacionais. Através do emprego de métodos que utilizam a História, pode-se superar as ilusões que emergem dos relatos cronofetichistas e tempocentristas desenvolvidos pelo paradigma realista. Além disso, adicionar profundidade histórica ao 'contemporâneo' pode contextualizar as Relações Internacionais de forma a fornecer um melhor estilo explicativo (Palabıyık, 2019).

O Método Histórico Comparativo é uma ferramenta promissora para estudantes de RI por vários motivos. Em primeiro lugar, permite uma grande dose de interdisciplinaridade, o que é essencial na disciplina. Com o método, disciplinas como História, Ciência Política, Sociologia, Antropologia e Literatura, por exemplo, podem ser colaboradas para ampliar os horizontes das Relações Internacionais. Em segundo lugar, o método pode conciliar o debate sobre pesquisas



qualitativas e quantitativas em RI. Apesar de seu histórico qualitativo, o Método Histórico Comparativo também emprega conjuntos de dados, métodos estatísticos e até análises multivariadas. Portanto, aqueles que buscam uma abordagem inter ou multimetodológica também podem utilizar o método para testar suas hipóteses. Além disso, a ferramenta ajuda a superar as deficiências a-historicistas do paradigma realista, adicionando uma dimensão sócio-histórica. Ele não apenas elimina os relatos presentistas que percebem os atores e estruturas atuais das Relações Internacionais como eternamente dados, mas também resolve os problemas que emergem do centrismo estatal, adicionando atores sub e supraestatais como unidades de comparação (Palabiyik, 2019).

Apesar dessas vantagens, os pesquisadores também devem ter cuidado com alguns aspectos sensíveis em relação ao método. Em primeiro lugar, se não for usado corretamente, pode levar à uma falta de um método claro em um estudo específico. Em outras palavras, os pesquisadores devem usar a comparação não apenas para fazer analogias comparativas, mas devem empregar a ferramenta sistematicamente para testar suas hipóteses. Em segundo lugar, o método requer um domínio suficiente das línguas das literaturas em questão, bem como o conhecimento de como fazer estudos arquivísticos adequados. Os recursos primários e secundários, escritos e publicados nas línguas necessárias para fazer estudos comparativos são essenciais, o que significa um projeto de pesquisa mais exaustivo em comparação com muitos dos outros métodos das Ciências Sociais. O pesquisador também deve levar em consideração o grau de generalização e especificação. O equilíbrio entre esses dois é muito importante na realização de estudos comparativos. Uma comparação deve ser específica o suficiente para esclarecer as peculiaridades dos casos em questão e geral o suficiente para tornar a comparação possível. Os pesquisadores de Relações Internacionais tendem a ver a história como irrelevante para a compreensão dos assuntos mundiais contemporâneos, enquanto os estudantes de História percebem as Relações Internacionais como estando fora do foco de sua própria agenda de pesquisa, uma vez que a disciplina, segundo eles, lida com o presente. Esse preconceito recíproco empobrece ambas as disciplinas. Portanto, o método pode minar esses preconceitos ilusórios criando um kit de ferramentas interdisciplinar que pode permitir que os alunos de ambas as disciplinas ampliem os campos de pesquisa e fortaleçam sua capacidade explicativa. O resultado dessa abordagem



interdisciplinar é uma história internacional historicizada e uma história internacionalizada, o que torna os estudos de ambas as disciplinas mais bem formulados e contextualizados (Palabiyik, 2019).

PRINCÍPIOS DAS COMPARAÇÕES REFLEXIVISTAS

As comparações reflexivistas são calcadas dentro de uma relação mais próxima entre conceitos e contexto, teoria e história, que não são vistos como independentes ou "externos" um ao outro. Berenskoetter (2017) escreve que entender as relações entre conceito e contexto – ou seja, a estrutura do ambiente dentro da qual um conceito está inserido – é essencial para entender por que os conceitos são entendidos e interpretados de uma determinada maneira. Para os pesquisadores que trabalham dentro de uma estrutura reflexivista, uma das implicações é a necessidade de historicizar e contextualizar os construtos teóricos (Berenskoetter 2017). Com base em uma compreensão da teoria e da história como profundamente interligadas, as comparações reflexivistas também abordam preocupações em torno do uso irreflexivo da abstração nas RI que, ao longo do tempo, contribuiu para reforçar hierarquias específicas de conhecimento. A comparação reflexivista exige um tipo de reflexão teórica que dialogue com o contexto em que a pesquisa está situada, refletindo explicitamente sobre quais questões ou aspectos de um fenômeno foram historicamente deixados de fora das estruturas comparativas, ao mesmo tempo em que sujeita as estruturas à autorreflexão crítica (Blaney, Inayatullah 2002). Da mesma forma, os conceitos não são elaborados e depois "aplicados" a casos específicos, mas muitas vezes situados em um determinado contexto, adaptados às circunstâncias e imbuídos de relações de poder que devem ser explicadas em vez de omitidas (Schaffer, 2015). A implicação para a metodologia comparativa é que os casos são constitutivos de estruturas teóricas, em vez de descender delas por meio de processos de seleção de casos. Isso leva a estratégias comparativas que colocam a construção de casos e estruturas em primeiro plano (Lai, 2024).

Além disso, quando se trata da questão da definição de casos e da prática da comparação como método, a reflexividade elimina a noção de casos como unidades independentes e limitadas. Isso também significa superar as estratégias irrefletidas de "comparar e contrastar", abordando diretamente a questão da comensurabilidade e incomensurabilidade (Steinmetz, 2004; Stanford



Friedman, 2011). Uma maneira de abordar isso é focar na relacionalidade, entendida aqui como uma sensibilidade de pesquisa que enfatiza a conexão e a inter-relação entre indivíduos, comunidades, histórias e conhecimentos, bem como os mundos – passados e presentes – nos quais estes estão enraizados, afastando-se da abordagem do poder e do conhecimento como "objetos singulares e fixos de análise" para explorar como eles são constituídos por meio de camadas de conhecimento, história, e prática material (Tucker 2018). Para comparação, isso significa que os casos são de fato configurações porosas e historicamente situadas construídas por meio do mapeamento dessas conexões. Definir a comparação como relacional também pode ajudar a mudar o foco de privilegiar uma perspectiva com foco nacional para uma em que olhamos comparativamente para as múltiplas maneiras pelas quais as formas transnacionais de governo – como o imperialismo – conectaram países e contextos em vários níveis, por meio de circuitos de produção de conhecimento, práticas de governo e conexões indiretas e diretas nas racionalidades políticas (Stoler, 2001). As estruturas comparativas, portanto, são temporariamente mantidas e examinadas reflexivamente, em vez de serem definidas no início do processo de pesquisa.

Por fim, a reflexividade implica um compromisso crítico de examinar e corrigir as condições de desigualdade, incluindo aquelas que fazem parte e dão origem à pesquisa. Assim, leva a repensar os critérios ou objetivos usados para avaliar o conhecimento produzido por meio de comparações: em vez de generalização nomotética, poderia favorecer um tipo mais produtivo de generalização comunicativa (Cornish, 2020) informada por uma relação recíproca com as comunidades de pesquisa. Aqui, a generalização pode ser produzida por meio da capacidade de se comunicar com vários públicos ou envolvendo-se com as perspectivas diversas, dando origem a um relato menos abstrato e mais sutil do fenômeno sob escrutínio (Cornish, 2020). Também pode ser enquadrado como uma lógica de tradução (Cheesman, 2021), ou seja, como uma rota para provincializar (Chakrabarty 2007) categorias universais que, de outra forma, são impostas em diversos contextos. Esse tipo de lógica também é aplicado à teorização: em vez do tipo de abstração desprovida de contexto e história, uma abordagem reflexivista da comparação exige um tipo de teorização que conceitua sem reificar (Berenskoetter, 2017), que trabalha em direção à inovação teórica mantendo a especificidade complexa (Boswell et al., 2019), ou destacando como uma certa lente teórica é relevante além de um cenário ou época específica (Lerner, 2022). Esses



elementos tem implicações cruciais para a forma como abordamos a comparação como uma metodologia do ponto de vista das RI reflexivistas.

Dentro deste escopo, encontramos algumas estratégias para pesquisa comparativa em RI que estão fora da estrutura clássica de comparação e que podem ser úteis para acadêmicos cuja pesquisa segue a reflexividade. A terminologia da "revisão reflexiva" foi desenvolvida por Alejandro e Knott (2022) para discutir a reflexividade linguística no contexto de fazer revisões de literatura. Aqui, a revisão reflexiva dos termos da comparação assume um significado diferente, ao lado da terminológica, ou seja, material e metodologicamente relacionada à revisão das condições (termos) da comparação. Embora sejam explicados nesta ordem, a revisão reflexiva ocorre de maneiras diferentes em diferentes estágios do processo de pesquisa. As comparações são comumente tratadas como uma metodologia mais do que como um método, em textos que traçam esse tipo de distinção (Lai, 2024). Colocamos aqui mais ênfase na estratégia de pesquisa que informa um projeto específico do que em métodos específicos, que podem variar dependendo do tipo de projeto.

A comparação como estratégia discursiva desfamiliarizante aproveita para fins metodológicos o uso que fazemos da comparação na fala e na escrita, pois identificamos semelhanças ou diferenças entre os fenômenos para nos fazermos entender e argumentar. Anderson (2016), ao revisar sua produção acadêmica sobre o nacionalismo, argumentou que, apesar do que sua formação metodológica lhe ensinou, a comparação deve ser entendida antes de tudo como uma estratégia discursiva. Ele argumentou que as comparações incomuns e "surpreendentes" de comunidades imaginadas (Anderson, 1983) pretendiam desafiar a suposição generalizada de que o nacionalismo se originou na Europa e que outros nacionalismos deveriam, portanto, ser comparados ao padrão europeu. A comparação como estratégia discursiva, portanto, enfatiza a natureza construída das estruturas comparativas, mas também sua função performativa, pois transformam processos históricos e sociais em "casos" cuja categorização potencialmente molda não apenas o processo de conhecimento sobre eles, mas também as intervenções políticas.

A comparação como metodologia implica sempre a capacidade de avaliar a comensurabilidade entre os fenômenos sob investigação e de estabelecer padrões de acordo com os quais esses fenômenos comensuráveis serão comparados. Uma abordagem reflexiva requer



considerar a política de comparação e reconhecer que a maneira como usamos a comparação, avaliamos a comensurabilidade e estabelecemos padrões reflete suposições específicas. A comparação como uma estratégia discursiva desfamiliarizante, portanto, visa desafiar os pressupostos dominantes, desconstruindo e "tornando estranho" o que de outra forma seria considerado familiar. Ao fazê-lo, destina-se a ajudar a desvendar a oposição eu-outro que reproduz sistemas de dominância epistemológica (Stanford Friedman, 2011), questionando seu posicionamento como o padrão contra o qual outros casos são comparados. A comparação como estratégia discursiva desfamiliarizante – como metodologia e não como método ou técnica – destina-se a orientar a construção de casos e estruturas adotadas na comparação, e requer métodos complementares para realizar a comparação, coleta e análise de dados. O resultado dessa estratégia é uma estrutura comparativa que transforma uma compreensão aparentemente familiar da relação entre os casos em uma questão que requer elucidação por meio de uma análise das estruturas discursivas nas quais eles estão inseridos. Essa estratégia comparativa pode ser dividida em duas etapas – a construção de uma estrutura comparativa desfamiliarizante e uma revisão reflexiva dos termos da comparação (Lai, 2024).

Já a comparação contrapontística baseia-se nos escritos de Said sobre leitura contrapontística (Said, 1994) e estudos pós e decoloniais em RI dentro de seu pensamento. A leitura contrapontística foi desenvolvida por Said como um método para recuperar a presença de perspectivas alternativas em obras literárias que, de outra forma, seriam lidas exclusivamente a partir do contexto da cultura dominante em que foram produzidas. Como forma de comparação, a leitura contrapontística pode justapor narrativas e perspectivas, alcançando aqueles historicamente oprimidos ou marginalizados que são deixados de fora das estruturas dominantes, mantendo uma consciência simultânea tanto da história metropolitana que é narrada quanto daquelas outras histórias contra as quais (e junto com as quais) o discurso dominante atua (Said, 1994). A comparação contrapontística ecoa o apelo de Said por textos "mundanos", ou seja, historicizá-los prestando atenção às hierarquias e ao nexos de conhecimento de poder embutido nelas ou revelando seus emaranhados com o poder (Chowdhry 2007), aplicando-o ao estudo da política internacional. Conforme destacado por Bilgin (2016), a leitura contrapontística também é, em última análise, sobre "conexão": dar sentido às conexões entre as coisas que estudamos e suas



histórias entrelaçadas e sobrepostas. Krishna (2001) argumenta que a leitura contrapontística pode ajudar a superar o problema de "abstração" das RI que torna a raça substancialmente invisível para seus paradigmas teóricos, removendo tais paradigmas das circunstâncias históricas de seu desenvolvimento. A abstração também é uma tendência metodológica, que a reflexividade contraria ao promover uma relação mais próxima entre teoria e história. A comparação contrapontística, portanto, responde a uma abordagem relacional como uma sensibilidade de pesquisa que enfatiza a conexão e a inter-relação entre indivíduos, comunidades, histórias e conhecimentos, bem como os mundos – tanto passados quanto presentes – nos quais eles estão enraizados (Tucker, 2018).

Esse tipo de comparação articula casos por meio de seu mapeamento em um campo transnacional de histórias coloniais e desigualdades, produzindo relatos comparativos de fenômenos políticos sensíveis aos desequilíbrios históricos e estruturais de poder que constituem o sistema internacional. Essa abordagem pode ir além das tradições pós e decoloniais que já prestam atenção às implicações contemporâneas da história colonial, oferecendo um caminho para estudiosos reflexivos de outras inclinações teóricas dentro das RI incorporarem análises dessas dinâmicas históricas em suas estruturas comparativas (Lai, 2024). Essa estratégia também consiste em duas etapas principais. Primeiro, construímos estruturas comparativas contrapontísticas iterativamente, por meio do processo de pesquisa, mapeando as conexões históricas dos casos. As estruturas comparativas convencionais criam padrões para comparar revoluções, por exemplo, em uma base "mais semelhante" e "mais diferente", o que não nos diz muito sobre revoluções como fenômenos transnacionais a serem entendidos por meio de um relato "intersocial" de suas anatomias (Lawson, 2019). Um projeto comparativo seguindo uma estratégia contrapontística potencialmente geraria conhecimento ao comparar, por exemplo, a Revolução Francesa com a haitiana como forma de mapear os campos transnacionais de contenção (Lawson, 2019) dentro dos quais eles existiam e sobre os quais atuavam. A comparação contrapontística nos ajudaria a desafiar distorções, apresentando um relato mais sutil e relacional de fenômenos políticos como no caso das revoluções. Em sua segunda etapa, a comparação contrapontística é realizada por meio de uma reflexão sobre as categorias que estamos adotando temporariamente para fins de análise, e de uma revisão de como as conexões que mapeamos



transformam nossa compreensão dos casos e como eles se relacionam com o internacional. Em conjunto, a construção de estruturas contrapontísticas e sua revisão gerariam conhecimento que não é "generalizável" em um sentido nomotético, mas que expande nosso mapeamento do fenômeno de interesse adicionando profundidade (um contexto histórico mais abrangente e "interconectado") e amplitude, desenvolvendo uma compreensão que centraliza vínculos e relações, em vez de fatores "isolantes" (Lai, 2024).

Além disso, temos a comparação vernácula. Em vez de ser apenas uma metodologia, aqui a comparação faz parte do que está sendo estudado, bem como parte do raciocínio metodológico. Os casos são isolados com base em uma separação um tanto nítida entre o que é endógeno e exógeno a eles. De acordo com Brubaker (2003), esse é um problema que pode ser reduzido à comparação de outros tipos de unidades – como grupos étnicos, nacionais e religiosos – e que molda fundamentalmente o tipo de descobertas que se pode derivar de tais comparações. A comparação vernácula oferece uma chance de fundamentar nossas estruturas comparativas em seu uso social e vernáculo, procurando compreender como as comparações são utilizadas, construídas e contestadas no mundo social como forma de desenvolver uma compreensão comparativa de um fenômeno. Quadros comparativos resultam, portanto, da pesquisa, onde os participantes próximos ao fenômeno político que estamos investigando constroem e comparam como parte do discurso cotidiano.

A comparação vernácula produz uma estrutura comparativa em relação a um fenômeno político que se baseia em sua compreensão e experiência vernácula. Pode ser de interesse para os estudiosos de RI que estudam formulação de políticas, bem como para aqueles que trabalham a interação de agências locais e internacionais, como no campo da justiça transicional e da construção da paz. Nesse caso, o processo é fundamentado e guiado por pressupostos metodológicos semelhantes aos propostos por Charmaz (2006) para sua versão da teoria fundamentada, em que começamos com dados indutivos que, no entanto, estão imbuídos de alguns pressupostos teóricos pré-existentes. Este primeiro passo consistiria, portanto, em uma análise fundamentada de estruturas comparativas vernáculas.

A revisão dos termos da comparação – a segunda etapa do processo comparativo – já está parcialmente embutida em sua construção, à medida que a comparação vernácula se baseia em



entendimentos socialmente construídos sobre o que comparamos. No entanto, a segunda etapa da revisão reflexiva também dá um salto analítico adicional, revisando os termos da comparação por meio da construção da teoria, tornando explícito o valor teórico da comparação e refinando nossa compreensão dos conceitos-chave com base em novos dados. Isso contribui para o processo de "elucidação" de conceitos na pesquisa interpretativista (Schaffer, 2015), em que o objetivo da pesquisa é, muitas vezes, lançar luz sobre como os entendimentos compartilhados são criados, reproduzidos, impostos, interrompidos ou alterados (Schaffer, 2015).

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi mostrar os benefícios da comparação para o estudo em Relações Internacionais, mais especificamente em relação aos padrões envolvendo o Método Histórico Comparativo e a reflexividade, evidenciando como as estratégias de comparação podem ser consistentes e atraentes para uma gama mais ampla de pesquisas em RI. Em vez de rejeitar a comparação como um todo com base nos desafios colocados por uma abordagem específica da pesquisa comparativa, o artigo procurou mostrar que as RI são enriquecidas com o desenvolvimento de novas estratégias de comparação. O artigo examinou como os métodos comparativos podem ser integrados nas RI e revisou estruturas alternativas de comparação e os debates surgidos ao longo do tempo.

Procurou-se também mostrar como as RI se enriquecem quando se abrem às influências metodológicas mais amplas em seu repensar dentro da comparação como conceito e prática de pesquisa, mostrando como a reflexividade, por exemplo, pode fornecer não apenas a base teórica, mas também a orientação prática necessária para praticar a pesquisa comparativa de maneira diferente. As RI podem se beneficiar muito do desenvolvimento explícito de estratégias metodológicas comparativas historicamente informadas e situadas, sem necessariamente precisar depender de estruturas abstratas. A pesquisa reflexivista, por exemplo, aceita e faz uso da natureza construída da comparação, inclusive em sua dimensão discursiva.

Entendemos que as estratégias mostradas neste artigo respondem a necessidades apresentadas na literatura de RI em relação às metodologias destinadas a recuperar histórias e perspectivas que foram marginalizadas na história da disciplina. Embora nem todos os projetos de



pesquisa exijam uma metodologia comparativa, aqueles que o fazem podem achar uma das estratégias apresentadas aqui aplicáveis ou adaptáveis ao seu projeto de pesquisa. O objetivo do artigo não foi o de mostrar a comparação como um exercício exclusivamente teórico ou abstrato, mas sim mostrar como é impossível divorciar a reflexão teórica do contexto histórico ou das ideias das condições materiais que lhes deram origem.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alejandro, Audrey (2020). "Reflexive Discourse Analysis: A Methodology for the Practice of Reflexivity." *European Journal of International Relations*. 27 (1): 150–74.
- Alejandro, Audrey; Knott, Eleanor (2022). How to Pay Attention to the Words We Use: The Reflexive Review as a Method for Linguistic Reflexivity, *International Studies Review*, Volume 24, Issue 3.
- Amoureux, J.L., & Steele, B.J. (2015). *Reflexivity and International Relations: Positionality, Critique, and Practice* (1st ed.). Routledge.
- Anderson, Benedict (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso. ———. 2016. "Frameworks of Comparison." *London Review of Books* 38 (2): 15–8.
- Bennett, A., & Elman, C. (2007). Case Study Methods in the International Relations Subfield. *Comparative Political Studies*, 40(2), 170-195.
- Berenskoetter, Felix (2017). Approaches to Concept Analysis. *Millennium: Journal of International Studies*, 45 (2): 151–73.
- Bilgin, Pinar (2016). 'Contrapuntal Reading as a Method, an Ethos, and a Metaphor for Global IR. *International Studies Review* 18 (1): 134–46
- Blaney, David I, and naeem Inayatullah (2002). Neo-Modernization? IR and the Inner Life of Modernization Theory. *European Journal of International Relations* 8 (1): 103–37
- Bloch, Marc (1928). Pour une histoire compare des sociétés européennes. *Revue de synthèse historique* 46 (1928): 15–50.
- Boswell, John, Corbett, Jack and Rhodes, R. (2019). *The Art and Craft of Comparison*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brubaker, Roger (2003). Beyond Comparativism: Theory and Research in Comparative Social Analysis. *E-Scholarship UCLA*: 1–8.



Buzan, Barry (2014). *An Introduction to the English School of International Relations: The Societal Approach*. Cambridge: Polity Press.

Chakrabarty, Dipesh (2007). *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Charmaz, Kathy (2006). *Constructing Grounded Theory: A Practical Guide through Qualitative Analysis*. London: SAGE.

Chernoff, Fred (2007). *Theory and Metatheory in International Relations*. Palgrave Macmillan New York.

Cheesman, Nick (2021). Unbound Comparison. In *Rethinking Comparison: Innovative Methods for Qualitative Political Inquiry*, edited by Simmons Erica and Rush Smith Nicholas, 64–83. Cambridge: Cambridge University Press.

Chowdhry, Geeta (2007). Edward Said and Contrapuntal Reading: Implications for Critical Interventions in International Relations. *Millennium: Journal of International Studies* 36 (1): 101–16

Coulborn, Rushton (1969). A Paradigm for Comparative History? *Current Anthropology* 10, no. 2–3; 175–78.

Cornish, Flora (2020). Communicative Generalisation: Dialogical Means of Advancing Knowledge through a Case Study of an ‘Unprecedented’ Disaster. *Culture & Psychology* 26 (1): 78–95

Degler, Carl N (1968). Comparative History: An Essay Review. *The Journal of Southern History* 34, no. 3; 425–30.

Detlef F. Sprinz, Yael Wolinsky-Nahmias (2004). *Models, numbers and cases. Methods for studying international relations*. University of Michigan Press.

Elman, Colin, and Miriam Fendius Elman (1997). Diplomatic History and International Relations Theory: Respecting Difference and Crossing Boundaries. *International Security* 22, no. 1 (1997): 5–21.



- Guzzini, S. (2013). The ends of International Relations theory: Stages of reflexivity and modes of theorizing. *European Journal of International Relations*, 19(3), 521-541
- Grew, Raymond (1980). The Case for Comparing Histories. *The American Historical Review* 85, no. 4; 763–78.
- Hafner-Burton EM, Haggard S, Lake DA, Victor DG (2017). The Behavioral Revolution and International Relations. *International Organization*.
- Hamati-Ataya, I. (2012). IR Theory as International Practice/Agency: A Clinical-Cynical Bourdieusian Perspective. *Millennium*, 40(3), 625-646.
- Hobson, John M (2002). What's at Stake in 'Bringing Historical Sociology Back into International Relations'? Transcending 'Chronofetishism' and 'Tempocentrism' in International Relations." In *Historical Sociology of International Relations*, edited by Stephen Hobden and John M. Hobson, 3–41. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kocka, Jürgen and Heinz-Gerhard Haupt (2009). Comparison and Beyond: Traditions, Scope and Perspectives of Comparative History. In *Transnational History: Central European Approaches and New Perspectives*, edited by Heinz-Gerhard Haupt and Jürgen Kocka, 1–32. New York: Berghahn Books.
- Krishna, Sankaran (2001). Race, Amnesia, and the Education of International Relations. *Alternatives: Global, Local, Political* 26 (4): 401–24
- Lai, Daniela (2024). Reimagining Comparisons in International Relations through Reflexivity. *International Studies Review*.
- Lange, Matthew (2013). *Comparative-Historical Methods*. London: Sage.
- Lamont, C (2022). *Research Method in International Relations*, Sage Publications, London, 2022.
- Lawson, George (2019). *Anatomies of Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levine, Philippa (2014). "Is Comparative History Possible?" *History and Theory* 53; 331–47.



Mahoney, James, and Dietrich Rueschemeyer (2003). Comparative Historical Analysis: Achievements and Agendas. In *Comparative Historical Analysis in the Social Sciences*, edited by James Mahoney and Dietrich Rueschemeyer, 3–38. Cambridge: Cambridge University Press.

Palabıyık, Mustafa Serdar (2019). Broadening the Horizons of the “International” by Historicizing it: Comparative Historical Analysis, *All Azimuth* V8, N2, 307-325.

Palabıyık, Mustafa Serdar. (2014). Comparative Narratives of ‘Catastrophe’: Ottoman Perception of Balkan Wars and Greek Perception of Asia Minor Campaign.” In *100. Yılında Balkan Savaşları (1912–1913): İhtilafı Duruşlar*, Vol. I, edited by Mustafa Türkeş, 477–92. Ankara: Türk Tarih Kurumu Yayınları.

Said, Edward w (1994). *Culture and Imperialism*. New York: Vintage Books.

Sewell, Jr., William H (1967). Marc Bloch and the Logic of Comparative History. *History and Theory* 6, no. 2; 208–18.

Schaffer, Frederic c (2015). *Elucidating Social Science Concepts: An Interpretivist Guide*. London and New York: Routledge.

Skocpol, Theda, and Margaret Somers (1980). The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry.” *Comparative Studies in Society and History* 22, no. 2; 174–97.

Siegrist, Hannes (2006). Comparative History of Cultures and Societies: From Cross-Societal Analysis to the Study of Intercultural Interdependencies. In *Comparative Methodologies in the Social Sciences: Cross-Disciplinary Inspirations*. Special issue, *Comparative Education* 42, no. 3; 377–404.

Smith, Thomas W (1999). *History and International Relations*. London and New York: Routledge.

Stanford Friedman, Susan (2011). Why Not Compare? *PMLA* 126 (3): 753–62.

Steinmetz, George (2004). Odious Comparisons: Incommensurability, the Case Study, and ‘Small N’s’ in Sociology. *Sociological Theory* 22 (3): 371–400



Steinmetz, George (2014). Comparative History and Its Critics: A Genealogy and a Possible Solution. In *A Companion to Global Historical Thought*, edited by Prasenjit Duara, Viren Murthy and Andrew Sartori, 412–36. West Sussex: John Wiley & Sons, 2014.

Stoler, Ann Laura (2001). Tense and Tender Ties: The Politics of Comparison in North American History and (Post) Colonial Studies. *The Journal of American History* 88 (3): 829–65

Tilly, Charles (1984). *As Sociology Meets History: Studies in Social Discontinuity*. New York: Academic Press, Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons. New York: Sage.

Tucker, Karen (2018). Unraveling Coloniality in International Relations: Knowledge, Relationality, and Strategies for Engagement.” *International Political Sociology* 12 (3): 215–32

Watson, Adam (1992). *The Evolution of International Society*. London: Routledge.

Werner, Michael, and Bénédicte Zimmermann (2006). Beyond Comparison: Histoire Croisée and challenge of Reflexivity. *History and Theory* 45 (2006): 30–50.

